

POLÍTICA



Vamos ter de aprender a conviver melhor com a diversidade

Os desafios dos autarcas III
Integração social
Samuel Silva

Chegada de estrangeiros mais ricos também desafia a coesão. Desemprego e envelhecimento exigem acção das autarquias

Classes pobres, minorias étnicas e grupos imigrantes: a todas estas camadas da população têm que dar resposta as políticas públicas locais. Aos desafios tradicionais que a integração social coloca, juntam-se hoje fenómenos como o envelhecimento da população, um desemprego mais persistente por via das mudanças tecnológicas e económicas ou a chegada de novas populações estrangeiras a Portugal que, ainda que tenham um poder económico elevado, não deixam de constituir um desafio para a coesão da sociedade.

Em tempo de discussão autárquica, é precisamente nas câmaras municipais que a socióloga Maria João Leote, do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.Nova), encontra “um dos principais instrumentos” para promover a inclusão social: o ordenamento do território. Não é difícil de explicar o que esta investigadora quer dizer. Se as opções políticas situarem as populações mais vulneráveis, minorias étnicas e imigrantes em bairros, “longe da vista do centro”, constroem periferias “onde todas as desvantagens sociais estão concer-

tadas” – do desemprego à pobreza. Afastar as populações vulneráveis não é a forma de promover a inclusão, defende: “A tónica tem que ser colocada na forma como é feita a inclusão em função do ordenamento urbano e em particular das políticas de habitação”.

A questão da habitação social é também vista como fundamental por Virgílio Borges Pereira, professor do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), para assegurar a interação social dos grupos mais vulneráveis. Portugal tem um número “muito significativo” de pessoas a viver em bairros sociais, em comparação com outros países europeus, e necessita de continuar a investir nesse sector, propõe.

Maria João Leote concorda que o tema do investimento em habitação vai ganhar pertinência redobrada nos próximos anos, até porque começa já a assistir-se à sobrelotação das casas nos bairros sociais e à existência de listas de espera a que as autarquias nem sempre conseguem dar resposta. Este fenómeno é consequência do facto de os filhos da população que vive nos bairros sociais “não ter tido condições de entrar no mercado da habitação privada”.

Esse “ciclo da pobreza”, como lhe chama, observa-se muitas vezes em situações em que uma terceira e quarta gerações continuam a viver em situação de exclusão. O fenómeno tende a alargar-se, em funções das mudanças tecnológicas – que vão dispensando a mão-de-obra intensiva em muitos sectores – e de

Se se mantiveram as actuais condições fiscais, ou se estas forem semelhantes, deve continuar a crescer o número de estrangeiros que decidem viver a reforma em Portugal



Mesmo que não sejam muitos, nalguns pontos do país os estrangeiros influenciam a economia local de forma decisiva

necessidades de mão-de-obra especializada, com qualificações que uma parte da população não tem. Populações vulneráveis com dificuldade em encontrar trabalho – ou um trabalho suficientemente pago – vão acentuar fenómenos de desemprego crónico.

Tendo em conta tudo isto, qual deve ser o papel das câmaras municipais hoje e, cada vez mais, no futuro? “Um trabalho de concertação entre instituições de diferentes níveis de intervenção” do Estado central às

instituições da sociedade civil, responde o professor da FLUP Virgílio Borges Pereira. As autarquias devem, em primeiro lugar “dialogar com as instituições existentes no terreno” e apoiá-las. “Se as instituições não conseguem fazer, então deve intervir a autarquia”, acrescenta o padre Agostinho Jardim Moreira, que coordena a resposta de instituições de solidariedade social a estes problemas através da Rede Europeia Anti-Pobreza.

Agostinho Moreira identifica quatro grupos particularmente vulneráveis para os quais será necessário encontrar respostas específicas. Desde logo, na intersecção entre o problema da pobreza e o do envelhecimento da população, os pobres envelhecidos, populações isoladas e dependentes em situações de acentuada fragilidade social. Também a pobreza na infância – “a pobreza atinge 25% das crianças portuguesas”, lembra – deve merecer particular atenção, juntamente com a integra-

ção de minorias étnicas e imigrantes.

Nos próximos anos, as políticas de integração de estrangeiros vão enfrentar a aceleração de duas tendências que vão obrigar a que sejam repensadas, antevê ainda o investigador do Centro de Estudos Sociais (CES) Pedro Góis. Por um lado, aos estrangeiros que “tipicamente consideramos imigrantes”, que vêm para Portugal à procura de trabalho, junta-se um segundo grupo que aqui procura residir, mas não necessariamente trabalhar. São reformados de outros países europeus ou pessoas de grande capacidade económica que vêm para Portugal atraídas pelo seu regime fiscal, pelo custo de vida relativamente baixo ou pela natureza. “Se se mantiverem as políticas de fiscalidade actuais, a sustentabilidade deste processo vai fazer com que ele acelere nos próximos anos”, diz Góis. O que implicará uma nova atenção do poder local sobre estes grupos.

A segunda tendência observada

2023

é o ano que o país definiu como data-limite para resolver o problema dos sem-abrigo. O Presidente da República avisou que é para cumprir

800

peças viviam na rua em Lisboa, em 2015, segundo um estudo da Misericórdia. No Porto eram cem, segundo a Fundação Porto Social



pequenas cidades”, considera o investigador do CES, antevendo que as autarquias de todo o país “vão ter necessidade de encontrar uma estratégia para a sua integração e para a promoção da coesão social”.

Góis tem estudado, nos últimos anos, o caso do concelho de Arganil, no distrito de Coimbra, procurado por pessoas que chegam de grandes cidades como Londres ou Amesterdão e que ali procuram um contraste total com a vida que tinham anteriormente. “São apenas umas centenas, mas em algumas freguesias do concelho são o grupo que faz mover a economia através dos seus consumos e, portanto, têm um impacto monetário enorme”, contextualiza.

Se estes grupos não necessitam de habitação social, como acontece com os imigrantes tradicionais, não deixam de necessitar de cursos de Língua Portuguesa, por exemplo. Do mesmo modo, podem dispensar um apoio ao emprego, mas precisam de aconselhamento sobre as leis e fiscalidades nacionais ou sobre o acesso a serviços de saúde, por exemplo.

Face à chegada destes novos grupos, a necessidade de garantir a coesão social coloca-se não só sob o ponto de vista da sua integração, mas também da ruptura que criam nas localidades. Pedro Góis vê, pois, como necessário evitar que estes estrangeiros criem uma espécie de “cidade à parte” como aconteceu durante muitos anos com os ingleses endinheirados do Porto, por exemplo, mas também que, face à sua chegada, os preços das casas em determinadas zonas subam de forma exponencial, acabando por resultar “na expulsão da população portuguesa”.

samuel.silva@publico.pt

pelo especialista é a de uma maior dispersão dos grupos estrangeiros pelo território. Se, tradicionalmente, os imigrantes se concentravam em torno de Lisboa e Porto ou no Algarve, hoje começa a ver-se que se espalham pelo país. “Vamos ter que aprender a conviver com a diversidade nas cidades grandes e nas de média dimensão, mas também nas

Em Lisboa e Porto nenhuma candidatura esquece os sem-abrigo

O combate à exclusão é um tópico obrigatório na campanha de Lisboa e Porto, cidades que concentram, numa escala maior, problemas comuns a outras cidades e sobretudo um número preocupante de pessoas sem abrigo. O país tem uma nova estratégia nacional, que estabeleceu como meta resolver este problema até 2023, e o Presidente da República já avisou que pretende acompanhar de perto o trabalho das instituições no terreno, cujo sucesso depende do empenho municipal nesta matéria.

Na capital, Fernando Medina (PS) gaba-se de ter reduzido a quase metade o número de pessoas a viver nas ruas de Lisboa e promete continuar a apoiar os sem-abrigo. No PSD, Teresa Leal Coelho (como Assunção Cristas), lembra no seu programa os números de um estudo feito pela Misericórdia, para recordar que em 2015 havia mais de 800 pessoas nesta circunstância, metade das quais a viver efectivamente na rua, e propõe que, no âmbito da criação de uma plataforma informática para sinalizar idosos a viver sozinhos, esse sistema seja alargado aos sem-abrigo.

Assunção Cristas (CDS/PPM) detalha mais as propostas nesta área e, além de um reforço da cooperação entre o município, a Segurança Social, e a Misericórdia, propõe que



peças que já foram sem-abrigo sejam chamadas a ajudar quem ainda está nessa situação. Algo que, para Cristas, tem de ser acompanhado pela criação “de estruturas municipais (...) com intervenção na reabilitação, formação e saídas profissionais em regime de emprego assistido”.

Para o Bloco, a Câmara de Lisboa “não se pode demitir das suas responsabilidades” para com os sem-abrigo e “externalizar toda a acção para o terceiro sector”. A candidatura de Ricardo Robles propõe “um plano sério de integração destes cidadãos, que lhes dê (...) acesso a uma habitação digna. E, tal como o CDS, considera “necessário garantir que no imediato existem locais onde podem dormir, comer e progredir na sua integração social e profissional”.

Já a CDU nota, genericamente, a necessidade de estabelecer parcerias com outras entidades para minorar este problema.

No Porto, onde segundo a fundação Porto Social haveria, em 2015, cerca de uma

centena de pessoas na rua (o que não inclui as centenas de pessoas que vivem em casas abandonadas, por exemplo), o independente Rui Moreira e o socialista Manuel Pizarro estiveram juntos na apresentação de medidas para os sem-abrigo, no ano passado: uma nova equipa de rua, um novo espaço de acolhimento de emergência, restaurantes sociais e alojamento de longa duração. Agora que se apresentam com candidaturas e propostas separadas, as suas propostas não diferem muito.

Sobre este tema, o BE considera urgente pôr em prática as medidas “anunciadas mas não concretizadas pelo actual executivo”. A CDU, por seu turno, concentra-se na criação do Observatório Social, que teria, entre as suas incumbências, dar resposta a estas pessoas.

Já a candidatura do PSD, encabeçada pelo independente Álvaro Almeida, estabelece um horizonte temporal para resolver o problema. O candidato quer criar o Gabinete para a Dignidade, “uma estrutura dedicada exclusivamente aos sem-abrigo, com orçamento próprio, para que, em cooperação com as instituições já actantes no apoio aos sem-abrigo, se garanta que em 2021 não existam pessoas a dormir nas ruas do Porto”, lê-se. **Abel Coentrão**

PUBLICIDADE



O desporto tem todo o nosso apoio

Os Jogos Santa Casa apoiam 2 Comitês, 12 Federações Desportivas, 15 modalidades e 78 Seleções Nacionais.

JOGOS
SANTACASA
uma boa aposta